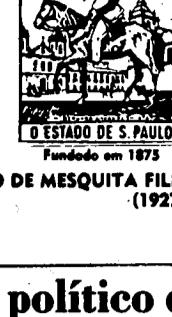


22 SET 1981

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

JÚLIO MESQUITA

(1891 - 1927)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O novo enfoque político da questão da dívida externa

Quem tem o hábito de ler esta coluna de editoriais do *Jornal da Tarde* sabe que temos, hoje, motivo para cobrar um reconhecimento da procedência de nossa argumentação. Referimo-nos ao que vimos dizendo, há muito tempo, sobre a evolução do problema da dívida externa que atormenta tantos países por este planeta afora. Para nós, há muito tempo se tornara evidente que esse problema, fruto, basicamente, da generalizada irresponsabilidade e habitual incompetência dos governos de países no estágio de desenvolvimento cultural e político dos grandes devedores latino-americanos — que é o caso que nos interessa diretamente —, acabaria por ter uma solução política vinda de fora.

Se governos como os do México, da Argentina e do Brasil foram irresponsáveis ao ponto de permitir que seu endividamento externo assumisse as proporções que assumiu, como esperar que, um dia, seriam suficientemente responsáveis — e competentes — para desenvolver uma política que conduzisse à eliminação do problema em prazo razoável e sem maiores sofrimentos para as populações dos seus países, como, teoricamente, seria perfeitamente possível? Ou será que alguém duvida de que uma economia com a pujança natural da brasileira, que já tem um PNB de 360 bilhões de dólares por ano e já é a oitava ou nona do mundo ocidental de acordo com esse padrão de avaliação, e que — principalmente a partir dos anos 50 — revela um fortíssimo impulso para o crescimento, só interrompido, como acontece agora, quando a estupidez cárnea da maioria dos nossos políticos consegue impedir a sua gestão racional, teria, sem esse entrave artificial, todas as condições para cumprir sem maiores consequências os compromissos assumidos e prosseguir rapidamente sua escalada para o estágio em que se encontram os países que já entraram na fase da abundância generalizada?

Desde que a **possibilidade teórica** se transformou, por razões exclusivamente políticas, em **impossibilidade prática**, ficou claro que por seus próprios meios jamais esses países se libertariam do terrível e crescente peso morto para as suas economias representado pela dívida externa, começou a germinar nos países chamados ricos — que preferimos chamar de **modernos** — a idéia de salvar os países endividados — que são todos politicamente **arcaicos** — das consequências econômicas de suas próprias deficiências políticas. Não por impulso de generosidade nascido de espírito humanitário, mas pelo mais pragmático interesse próprio de cada um deles, na medida em que a integração de países com o potencial econômico do Brasil, do México ou da Argentina, na cada vez mais próspera economia internacionalizada, será uma garantia e quase uma condição para a continuidade e o aumento ulterior dessa prosperidade. É preciso ser um **político progressista brasileiro** para acreditar que algum país do mundo rico — moderno — não tem interesse em que os que ainda não chegaram lá cheguem o mais rapidamente possível. A idéia de uma solução política para o problema dos endividados que não têm competência política para chegar à solução econômica que seria normal nasceu, como dizíamos, há pelo menos dois anos e veio anadurecendo desde então, mais rapidamente a partir do retumbante fracasso das experiências heterodoxas tentadas, primeiro na Argentina e depois no Brasil e no Peru.

Notícias surgidas nestes últimos três dias, procedentes de Washington e de Paris, confirmam o nosso prognóstico e indicam que estamos presenciando o início da fase de execução prática da idéia que amadureceu mais rapidamente do que esperávamos.

A que procede de Washington e foi enviada pelo correspondente do *Estado*, Moisés Rabinovici, informa que um grupo de 29 influentes banqueiros comerciais, economistas, investidores e advogados, integrantes do **Economic Policy Council**, acaba de apresentar seis recomendações para uma nova política de redução da dívida e de concessão de novos empréstimos aos países em desenvolvimento. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, explicou que o relatório é o produto de um consenso, levando em conta os interesses de ambas as partes — credores e devedores, das instituições oficiais e privadas —, levando em conta tanto a concessão de dinheiro novo como um afrouxamento nas condições de pagamento. O embaixador destacou a importância das recomendações do grupo, formuladas a uma semana da reunião anual do Banco Mundial e do FMI em Berlim e na antevéspera da aprovação do acordo entre o Brasil e seus credores particulares, negociado durante quase um ano.

As recomendações do **Economic Policy Council** têm dois objetivos declarados: preservar a estabilidade do sistema bancário e permitir que os devedores retomem o seu desenvolvimento e crescimento econômico. Uma das recomendações é dirigida aos **governos** dos maiores centros financeiros, dos quais se requer uma forte liderança para dar apoio à busca de novas soluções para o problema da dívida — e aqui entra o **fator político**. Outra é dirigida aos países devedores, dos quais se requer uma série de reformas estruturais.

A outra notícia — a mais importante —, procedente de Paris, é que marca nitidamente o novo **enfoque político** do problema dos países endividados, especialmente os latino-americanos: na reunião anual do FMI, ou por ocasião da próxima Assembléa Geral das Nações Unidas, o governo da França apresentará novas propostas constantes de um plano destinado a aliviar o peso da dívida dos países em desenvolvimento de renda média. É provável que o plano francês endosse uma sugestão japonesa que tende a facilitar a situação dos devedores, ajudando-os a converter alguns dos seus empréstimos em novos títulos, com um deságio que os favoreceria. Nos termos do plano francês, seria estabelecido um acordo prevendo que os pagamentos do principal e dos juros de novos títulos, emitidos em troca de empréstimos pelos devedores, seriam garantidos por um fundo especial, bloqueado e financiado por uma emissão de Direitos Especiais de Saque do FMI. Já o plano japonês prevê o reescalonamento do serviço da dívida, com o depósito de recursos dos países em desenvolvimento numa conta especial do FMI.

Os pormenores sobre as novas propostas irão surgir dentro de poucos dias no noticiário da imprensa. Mas o importante é saber que a última rodada de negociações do mi-

nistro Maílson da Nóbrega, que se prepara para sacramentar os acordos delas resultantes, provavelmente foi a última mesmo desse tipo. Já se sabe, por exemplo, como constava dos jornais de ontem, que o novo governo norte-americano, seja ele de Dukakis ou de Bush, estará de pleno acordo com esse novo enfoque.

O único risco que corremos aqui no Brasil é o de que os paladinos da **esquerda decrépita**, cujos paradigmas são homens como o senador Gomes e o deputado Gasparian, considerem, em nome da soberania nacional e da **Filosofia da Parahyba**, inaceitável esse tipo de interferência estrangeira na vida interna brasileira...